

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.293.358 - PR (2018/0114784-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS GERONIMO
ADVOGADOS : FLÁVIA CARNEIRO PEREIRA - PR019512
JOEL GERALDO COIMBRA - PR006605
JOEL GERALDO COIMBRA FILHO - PR032806
GISLAINE MÁRCIA PUZI - PR062695
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIZ CARLOS GERÔNIMO em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 611/612):

1. PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE NARCOTRÁFICO, ASSOCIAÇÃO PARA TAL FIM E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ARTIGOS 33, CAPUT, E 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/2006 E ARTIGO 12 DA LEI Nº 10.826/03). SENTENÇA QUE JULGO U PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA. RECURSOS DAS DEFESAS. 1) PRELIMINAR DE MÉRITO. AVENTADA INÉPCIA DA DENÚNCIA LEVANTADA PELO APELANTE 01. REJEITADA. ATENDIMENTO AO ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ADEMAIS, ARGUIÇÃO FEITA SOMENTE APÓS A SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECLUSÃO. PRECEDENTES. 2) MÉRITO. 2.1) PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO QUANTO AO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO FORMULADO POR AMBOS OS RECORRENTES. IMPROCEDENTE. CARACTERIZAÇÃO DO INJUSTO SOBEJAMENTE DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL E PERMANENTE ENTRE OS DENUNCIADOS COM O Ap. Crime nº 1.503.461-6 INTUITO ESPECÍFICO DE PRATICAREM REITERADOS NARCOTRÁFICOS. 2.2) PLEITO ABSOLUTÓRIO DEDUZIDO PELO APELANTE 01 QUANTO ÀS CONDENAÇÕES POR TRÁFICO DE ENTORPECENTE RELACIONADAS A OS FATOS 02, 07 E 08. NÃO ACOLHIMENTO DA TESE. PRÁTICA DOS ILÍCITOS FARTAMENTE EVIDENCIADA. PALAVRA DOS POLICIAIS DO DENARC E DAQUELES INTEGRANTES D A POLÍCIA CIVIL HARMÔNICA COM O RESTANTE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. 3) DOSIMETRIA PENAL. 4.1) CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. 4.1.1) SÚPLICA DO APELANTE 01 REFERENTE À PENA-BASE. ALMEJADO AFASTAMENTO DO INCREMENTO DE SANÇÃO OPERADO NA ORIGEM PELO DESVALOR DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. DESARRAZOADA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA [APROXIMADAMENTE 400KG (QUATROCENTOS

QUILOGRAMAS DE 'MACONHA' J. MAJORAÇÃO DA BAS ILAR ADEQUADA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 42 DA LEI DE TÓXICOS. 4.1.2) ROGO DO RÉU 01 PELO ALHEAMENTO DA AGRAVANTE CONCERNENTE À DIREÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CRIME. DISSERTAÇÃO REPELIDA. AUMENTO CORRETAMENTE APLICADO. CONDIÇÃO QUE NÃO SE MOSTRA ELEMENTAR AO ILÍCITO DE ASSOCIAÇÃO. ALÉM DISSO, PROVAS DANDO CONTA DE QUE O ACUSADO COORDENAVA DE FATO A ORGANIZAÇÃO ILÍCITA . 4.1.3) PRETENSÃO DO PRIMEIRO RECORRENTE DE EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO D E PENA ALUSIVA À INTERESTADUALIDADE DO INJUSTO. INDEFERIDA. SENTENÇA IDONEAMENTE FUNDAMENTADA. EMPREGO APROPRIADO DA MAJORANTE. DESNECESSIDADE DA EFETIVA TRANSPOSIÇÃO DAS FRONTEIRAS. PRECEDENTES. INTENÇÃO DE REMETER O NARCÓTICO A OUTROS ESTADOS DEVIDAMENTE CORROBORADA. 4.1.4) SOLICITAÇÃO DO APELANTE 01 PELA ELIMINAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO REFERENTE AO FINANCIAMENTO OU CUSTEIO DA PRÁTICA DO CRIME. RECHAÇADA. EXISTÊNCIA DE PROVAS Ap. Crime nº 1.503.461-6 HÁBEIS A CONSTATAÇÃO DA QUALIFICADORA. ACRÉSCIMO DA CENSURA MANTIDO. 4.2) CRIMES DE NARCOTRÁFICO (FATOS 02, 07 E 08). 4.2.1) PLEITO DO ACUSADO 01 PELA APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE DE SE DAR GUARIDA. ADMISSÃO DO CRIME QUE, ALÉM DE TER SIDO APENAS PARCIAL, NÃO FOI UTILIZADA PELO MAGISTRADO PARA FUNDAMENTAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 545 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 4.2.2) ROGATIVA DO PRIMEIRO RÉU PELA CONSIDERAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06. NÃO PROVIMENTO. INAPLICABILIDADE DO REDUTOR ESCORREITAMENTE MOTIVADA NO ÉDITO REPRESSIVO . CONDENAÇÃO SIMULTÂNEA DO ACUSADO PELA PRÁTICA DE ASSOCIAÇÃO AO NARCOTRÁFICO. INDICATIVO SATISFATÓRIO DE QUE SE DEDICA ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. 4.3) PEDIDO DO RECORRENTE 01 PELO RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE CRIMES, EM DETRIMENTO DO CONCURSO MATERIAL. IN VIABILIDADE. DELITOS PERPETRADOS EM SITUAÇÕES DE TEMPO, LUGAR E MODUS OPERANDI DIFERENTES. NÃO CONFORMAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 71 DO CÓDIGO PENAL. MANUTENÇÃO DO CÚMULO MATERIAL. 4.4) ROGO DO APELANTE 02 PELA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDA DE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. PREJUDICIALIDADE DA TESE. ANSEIO QUE DEPENDIA DO ACOLHIMENTO DA DISSERTAÇÃO ABSOLUTÓRIA EM RELAÇÃO AO INJUSTO DE ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. ADEMAIS, QUANTIDADE DE PENA APLICADA QUE IMPEDE A SUBSTITUIÇÃO (CP, ART. 44) . 5) PERDIMENTO DE BENS IMÓVEIS . SÚPLICA DO RÉU 02 PELA DEVOLUÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS CUJA PERDA FOI DECRETADA EM

FAVOR DA UNIÃO. PROCEDÊNCIA EM PARTE. NÃO Ap. Crime nº 1.503.461-6 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CRIME EM 02 (DOIS) DOS IMÓVEIS RURAIS ATINGIDOS PELA SENTENÇA. NECESSIDADE DE PARCIAL REFORMA PARA QUE SOMENTE OS BENS QUE COMPROVADAMENTE FORAM USADOS DE FORMA HABITUAL PARA A PRÁTICA DOS ILÍCITOS PENAIIS DESCRITOS NA DENÚNCIA SEJAM OBJETOS DE PERDIMENTO. APELO MANEJADO POR LUIZ CARLOS GERÔNIMO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELO INTERPOSTO POR ALTAIR ZANON CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE .

Interpostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 470/490).

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a parte recorrente violação dos artigos 62, inciso I, e 71 do CP, do artigo 381, inciso III, do CPP e dos artigos 33, §4º, 35, 40, inciso VII, da Lei n. 11.343/2006. Sustenta: (i) a ausência de fundamentação para a condenação pelo crime do art. 35 da Lei n. 11.343/2006, o reconhecimento da agravante do art. 62, inciso I, do CP e da causa de aumento do art. 40, inciso VII, da Lei n. 11.343/2006, da não aplicação do tráfico privilegiado e da incidência da continuidade delitiva entre os crimes de tráfico; (ii) a absolvição pelo crime de associação para o tráfico, uma vez que não houve a demonstração do vínculo entre os envolvidos, da estabilidade e do objetivo de praticar delitos; (iii) o afastamento da agravante do art. 62, inciso I, do CP, *porque dirigir e organizar a cooperação dos demais participantes no crime é elementar à associação, conclusão que se infere pela análise dos elementos que integram o tipo em análise* (e-STJ fls. 521); (iv) que a causa de aumento do art. 40, inciso VII, da Lei n. 11.343/2006 aplica-se exclusivamente ao crime do art. 33, mas jamais ao do art. 35 da referida lei; (v) a incidência do privilégio do art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, tendo em vista que o acusado preenche todos os requisitos exigidos para a aplicação; (vi) que as circunstância em que ocorreram os delitos de tráfico denotam a continuidade delitiva e não o concurso material.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 603/609), o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial (e-STJ fls. 611/624), tendo sido apresentado o presente agravo.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 711/719).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Primeiramente, ao contrário do que sustenta a parte recorrente, não há falar em ausência de fundamentação, uma vez que o acórdão recorrido apreciou as teses defensivas com base nos fundamentos de fato e de direito que entendeu relevantes e suficientes à compreensão e à solução da controvérsia, o que, na hipótese, revelou-se suficiente ao exercício do direito de defesa. Vejamos.

O Tribunal *a quo*, ao concluir pela condenação do delito de associação criminosa, consignou (e-STJ fls. 382/399):

No caso, restou perfeitamente delineada a existência de vínculo associativo entre os apelantes e os demais corréus, cada um participando ativamente no grupo criminoso com função específica.

Extraí-se das provas que o apelante LUIZ CARLOS era o mentor intelectual de toda a associação criminosa, exercendo papel de gerenciar e administrar o negócio ilícito, comprando e vendendo as drogas, definindo as rotas de transporte, contratando as "mulas" e as pessoas que realizariam a função de "batedor". Para a concretização desta atividade contava com a ajuda do recorrente ALTAIR, que não somente cedia seu sítio para guardar os veículos usados na atividade criminosa, como também gerenciava a condução das substâncias entorpecentes e, até mesmo, ajudava no carregamento dos narcóticos.

Apesar de os réus não terem admitido a existência da associação criminosa, a extensa dilação probatória oral corroborou a perpetração do delito de agremiação.

O réu LUIZ CARLOS, perante a autoridade judicial, afirmou conhecer os codenunciados FABRÍCIO e GUILHERME, pois costumavam contrabandear cigarros juntos, sendo eles responsáveis pelo frete da mercadoria. Todavia, negou que eles tenham praticado

o crime de narcotráfico em momento anterior à prisão em flagrante e apreensão dos 392kg (trezentos e noventa e dois quilogramas) de 'maconha'. Quando questionado sobre a dissonância entre sua palavra e a dos corréus, declarou que eles estariam mentindo ao afirmar que costumavam traficar drogas a seu mando, unicamente para se beneficiarem da delação premiada. Disse que, afora isso, não possui qualquer problema com os coacusados, inclusive emprestou seu veículo Hyundai/Santa Fé para eles, certa vez, para que transportassem cigarros. Sobre o tráfico da 'maconha' confiscada, confessou a prática delitiva, assumindo que intermediou o transporte da substância, o que fez em um 'momento de fraqueza'. Não obstante, em relação aos demais fatos, negou todas as imputações que lhe foram feitas, ressaltando ter admitido as práticas criminosas na fase investigativa somente porque o Delegado teria lhe prometido que, em caso de confissão, iria soltar seu sogro ALTAIR.

O réu ALTAIR, em audiência, negou a prática delitiva. Disse que LUIZ CARLOS era casado com sua filha Mariana e, por isso, mantinham relação de amizade. Contou que, certa vez, LUIZ CARLOS pediu-lhe sua garagem emprestada para guardar dois automotores, uma Santa Fé e uma Strada. Afirmou que o veículo Tracker ficou no local apenas 03 (três) dias, também a pedido de LUIZ CARLOS. Alegou que os carros Strada e Santa Fé ficaram guardados em sua propriedade por cerca de 01 (um) ano, sendo que a Santa Fé saiu apenas uma vez da garagem, levada por FABRÍCIO e GUILHERME E. Que LUIZ CARLOS contou-lhe, ainda, que eles haviam comprado o automóvel, mas, como o veículo não tinha documentação, FABRÍCIO e GUILHERME devolveram o carro. Declarou nunca ter recebido valores decorrentes da venda de drogas.

Reconheceu que gostava muito de LUIZ CARLOS e que ele era pai de seu neto. Verberou que uma vez LUIZ CARLOS foi atingido por um tiro e, para que ele se recuperasse, gastou mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em contas hospitalares.

Afiçou que, depois disso, firmaram relação muito próxima, a ponto de o declarante considerá-lo como seu filho. Que quando LUIZ CARLOS começou a namorar sua filha Mariana, tomou conhecimento que o genro trabalhava com contrabando de cigarros, mas, posteriormente, ele tornou-se corretor de imóveis, especializado na venda de sítios. Sobre o armamento encontrado, assumiu a propriedade de uma espingarda e uma arma de pressão, das quais não possui autorização para porte.

Alegou trabalhar como pecuarista e criador de aves, auferindo mensalmente cerca de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Disse ter tomado conhecimento que LUIZ CARLOS era traficante somente quando foram presos, pois o genro sentiu-se culpado e admitiu que a droga era dele pertencência.

Não obstante as negativas dos apelantes, os demais elementos coligidos aos autos não deixam dúvidas sobre a agremiação dos acusados voltada ao reiterado narcotráfico.

O investigador da Polícia Civil Arthur Nascimento Moreira (mídia

02) asseverou em Juízo que era responsável pelo monitoramento do réu LUIZ CARLOS, a pedido do DENARC, para o fim de verificar outr as pessoas que o auxiliavam na atividade de narcotraficância. Narrou que, no dia anterior à apreensão dos quase 400kg (quatrocentos quilos) de 'maconha', estava em campana próximo ao sítio de ALTAIR, escondendo-se no mato, tendo visualizado a entrada de carros e do corréu LUIZ CARLOS, o que possibilitou a apreensão do entorpecente no dia seguinte. Detalhou que avistou a entrada e saída do veículo GM/Tracker, de um Pálio cor lilás, e de um Fiat Punto, sendo que este último, no dia anterior, estava localizado na garagem do réu LUIZ CARLOS. Ressaltou que na oportunidade da prisão em flagrante , a 'maconha' não fora carregada no sítio de ALTAIR, porquanto visualizou , na saída dos automotores, que as suspensões não estavam mais baixas que o normal. Elucidou que, posteriormente, a droga foi carregada em um canavial por GUILHERME e FABRÍCIO, sendo este primeiro responsável pela função de 'batedor' e FABRÍCIO o motorista. Narrou que ambos tomaram rumo até a cidade de Tapejara, onde repassariam a droga para uma terceira pessoa. Destacou que, durante toda a investigação , verificou que LUIZ CARLOS era responsável, na associação criminosa, por definir o local de carregamento das drogas, qual veículo seria utilizado para tanto, quais rotas seriam feitas, qual o momento e data, bem como outras funções gerenciais . Quanto à aquisição financeira do narcótico, disse que ficava a cargo tanto de LUIZ CARLOS quanto de ALTAIR. Ressaltou que ALTAIR fazia em seu sítio reuniões para definir os detalhes de cada remessa de drogas, bem como guardava na propriedade os veículos que eram utilizados para o correspondente transporte. Atestou ser impossível que ALTAIR não tivesse conhecimento sobre a associação criminosa, porquanto ele guardava em sua área rural [destacando novamente ter presenciado este fato, de forma ocular] diversos veículos com placas de vários Estados e de procedência duvidosa, além de frequentemente presenciar a entrada e saída destes automóveis e de pessoas de seu sítio.

Detalhou, ainda, que alguns dos veículos que ALTAIR permitia fossem guardados em sua residência tinham alerta de furto, ou estavam em nome de empresas sediadas no Estado de São Paulo, sendo clara a desconfiança de destinação dos carros para outras atividades ilícitas. Afirmou que, em delação premiada, foi revelado que ALTAIR participava ativamente da narcotraficância, inclusive armazenando drogas em seu sítio e carregando-as nos veículos de propriedade de LUIZ CARLOS.

Ademais, ressaltou que FABRÍCIO e GUILHERME confessaram terem transportado por várias vezes narcóticos a mando de LUIZ CARLOS e ALTAIR. Detalhou, ademais, que participou da busca e apreensão [judicialmente autorizada] no sítio de ALTAIR, tendo encontrado diversos armamentos, que o réu ALTAIR confessou serem de sua propriedade, enquanto LUIZ CARLOS disse possuir dois revólveres. Ademais, afirmou que, durante as investigações, notou que a associação criminosa, comandada por LUIZ CARLOS, remetia ao Estado de São Paulo aproximadamente 500kg (quinhentos quilo s) de droga a cada 15 (quinze) dias. Destacou que, em uma destas viagens, lograram interceptar, na cidade de Bauru/SP, um

automóvel FORD/Ranger com aproximadamente 50kg (cinquenta quilos) de 'cocaína'. Afirmou que os destinos mais frequentes dos carregamentos de LUIZ CARLOS eram Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Detalhou que muitas vezes LUIZ CARLOS recebia o pagamento das drogas em automóveis esportivos e de luxo, mas que também recebia dinheiro. Contou que, certa vez, vislumbraram que o pagamento por drogas fora feito na conta da filha de ALTAIR. Afirmou que LUIZ CARLOS, em Delegacia, detalhou toda a empreitada criminosa, com exceção da participação de ALTAIR, a quem sempre tentou isentar completamente. Não obstante, afirmou que LUIZ CARLOS não soube explicar como ALTAIR não teria percebido a traficância que ocorria em seu sítio durante anos. Em contrapartida, GUILHERME e FABRÍCIO teriam detalhado que ALTAIR sempre participava das reuniões feitas para tratar das drogas, além de fornecer dinheiro para a compra de entorpecentes, seus veículos e sua propriedade imóvel.

Reconheceu que, no sítio de ALTAIR, existe um aviário destinado a criação de frangos, dois galpões que são utilizados para guarda de veículos, a casa em que ALTAIR mora e uma segunda casa, pertencente ao caseiro e sua esposa. Informou que, por conta das interceptações telefônicas, deu conta que os carregamentos de entorpecentes não estavam mais sendo realizados no sítio de ALTAIR, que estava servindo apenas como centro tático da agremiação criminosa para guarda dos automóveis, realização das reuniões e detalhamento das instruções aos "mulas" e "batedores". Ressalvou, por fim, que no dia anterior à prisão, quando viu com seus próprios olhos a saída de três veículos do sítio, ALTAIR estava em sua casa e conversou com LUIZ CARLOS, GUILHERME e FABRÍCIO.

No mesmo sentido, o Policial Militar Vanilson Teles (mídia 02) asseverou na fase do contraditório que forneceu apoio tático à Polícia Civil para o cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa de LUIZ CARLOS, bem como que realizou campana no dia anterior a fim de identificar o veículo que seria utilizado no transporte de entorpecente. Afirmou que sempre recebeu denúncias anônimas de que tóxicos eram guardados no sítio de ALTAIR. Narrou já ter recebido informações também que uma compradora de drogas de nome Cristina, que se dirigiu ao sítio de ALTAIR para retirada da mercadoria, sendo por ele atendida, já que LUIZ CARLOS lá não estava no momento. Ademais, relatou ter conhecimento que LUIZ CARLOS comprava várias embalagens de bexigas grandes em um comércio da cidade para acondicionar 'maconha' e 'cocaína' dentro do tanque de combustível dos veículos utilizados pela associação, ou mesmo nos caminhões carregados com leite produzido no local. Afirmou, com certeza absoluta, que ALTAIR participava da associação criminosa destinada ao narcotráfico.

Destaca-se, também, o depoimento do Delegado da Polícia Civil do Município de Pérola, Pedro Filipe Cruz Cardoso de Andrade (mídia 02), o qual relatou em Juízo que, desde que assumiu seu cargo junto à Comarca, sempre recebeu informações e denúncias de que o acusado LUIZ CARLOS era traficante de drogas. Asseverou que, com auxílio do DENARC da Comarca de Maringá, realizaram uma

grande operação policial para investigar os crimes cometidos por LUIZ CARLOS e seus asseclas. Contou que, em campana policial, visualizaram que GUILHERME e FABRÍCIO sempre compareciam ao sítio de propriedade de ALTAIR e de lá saíam com veículos que posteriormente seriam utilizados para o transporte de drogas, com destino principalmente ao Estado de São Paulo . Com estas informações, repassaram o quanto descobriram ao DENARC de Maringá e, após alguns procedimentos, repetiram a mesma operação de campana, em que o policial Arthur visualizou o veículo GM/Tracker, de propriedade de LUIZ CARLOS, saindo do sítio de ALTAIR, logrando interceptar, no dia seguinte, o automotor com a droga popularmente conhecida como 'maconha'. Sobre a associação criminosa, narrou que durante as investigações percebeu que claramente havia um vínculo entre LUIZ CARLOS e ALTAIR que ia além do parentesco por afinidade. Isto, porque LUIZ CARLOS se utilizava de carros e da propriedade de ALTAIR para realizar suas negociações no sítio do corréu. Afirmou, ademais, que os veículos usados para o transporte de entorpecente eram guardados naquela propriedade e de lá saíam para realizar os deslocamentos de drogas. Além destas verificações visuais efetivadas pela equipe policial, obtiveram posteriormente a confirmação do quanto descoberto pela colaboração dos acusados GUILHERME e FABRÍCIO. Declarou, outrossim, que LUIZ CARLOS e ALTAIR tinham associação estável e duradoura, conforme narrado em delações premiadas, o que se confirmou por outras apreensões de tóxicos antes realizadas, além do confisco dos carros utilizados para a prática criminosa [apontados pelos delatores] no sítio de ALTAIR, como, por exemplo, o automóvel HYUNDAI/Santa Fé. Expôs, ademais, que em uma das conversas telefônicas interceptadas em outra operação policial, GUILHERME mencionou reiteradamente que ALTAIR havia recebido um pagamento na conta de sua filha referente a uma negociação de drogas. Asseverou, também, que ALTAIR procedeu à transferência de uma propriedade rural a terceiro após ser preso, não sabendo confirmar se tal imóvel trata-se do sítio que utilizava para realizar a negociação de drogas e guarda dos veículos. Confirmou a apreensão de um veículo FORD/Ranger com narcóticos em seu interior, o qual estava registrado em nome de LUIZ CARLOS. Sobre o armamento encontrado, mencionou que tanto LUIZ CARLOS quanto ALTAIR assumiram suas propriedades. Ratificou que GUILHERME e FABRÍCIO confirmaram que ALTAIR tinha participação ativa na associação criminosa. Ressalvou que , além da colaboração dos corréus, foram visualizadas pelos policiais constantes reuniões no sítio de ALTAIR, inclusive com sua presença.

Acrescenta-se, ao acima transcrito, o depoimento do policial do DENARC Edinaldo Leandro Serrato (mídia 02), o qual asseverou na etapa processual que já investigavam os réus há cerca de 08 (oito) meses antes de suas prisões. Contou que iniciaram buscando informações sobre um sujeito "fantasma", do qual não sabiam o nome, apenas que era responsável pela remessa de grandes quantidades de droga aos Estados de São Paulo e Minas Gerais principalmente. Contou que certo dia um dos carregamentos passava pela cidade de Paraíso do Norte, tendo logrado prender uma mulher, de nome Cristina, que portava 4kg (quatro quilogramas) de 'crack'.

Após algumas tratativas, ela resolveu colaborar com a investigação, tendo revelado que o vendedor da droga era o réu LUIZ CARLOS.

Afirmou também que lograram interceptar outros carregamentos dos réus neste período, mas ainda não tinham provas para estabelecer a conexão subjetiva. Assim, solicitaram a realização de interceptação telefônica do Sr. LUIZ CARLOS, o que foi deferido pelo Juízo de Pérola e durou cerca de 02 (dois) ou 03 (três) meses. Indicou que tiveram muitas dificuldades para encontrar ligações do réu LUIZ CARLOS, pois ele constantemente trocava de telefone. Entretanto, descobriram ser ele o chefe da associação criminosa, já que negociava preços, encomendava transportes, entre outras ações de gerência.

Também conseguiram descobrir que LUIZ CARLOS entregava drogas a terceiros na cidade de Pérola. Ademais, referiu que, em delação premiada de Cristina, descobriram que quando LUIZ CARLOS viajava, o réu ALTAIR assumia a entrega de entorpecentes, mas que ALTAIR geralmente ficava restrito a tratar de negociações. Asseverou também que LUIZ CARLOS e ALTAIR eram genro e sogro, respectivamente, mas que LUIZ CARLOS tinha uma relação ruim com sua então namorada e, ao mesmo tempo, um tratamento excelente com o pai dela. Narrou que, segundo a delação premiada antes mencionada, LUIZ CARLOS se utilizava de uma propriedade rural para armazenar drogas. Afirmou que, pelo teor das ligações que interceptaram, pode perceber que a associação criminosa existia há tempos, de forma bem estruturada. Disse que identificaram diversos outros carregamentos de droga organizados pelos réus ALTAIR e LUIZ CARLOS, mas não lograram êxito nas abordagens, sendo que estes totalizaram aproximadamente 30kg (trinta quilogramas) de 'crack' e 200kg (duzentos quilogramas) de 'maconha'. Ademais, destacou que, em todas as negociações que lograram identificar por interceptação telefônica, ficou demonstrado que LUIZ CARLOS e ALTAIR comerciavam entorpecentes em larga escala e nunca de forma fracionada. Afirmou que, apesar de ALTAIR não aparecer em nenhum dos áudios da interceptação telefônica, conseguiram descobrir sua participação pelas diligências realizadas pela Polícia de Pérola, inclusive que ele entregava drogas para compradores que as adquiriam de LUIZ CARLOS durante sua ausência. Asseverou que, antes do flagrante dos quase 400kg (quilogramas) de 'maconha', os réus tentaram transportá-la em outras oportunidades, não logrando êxito, sendo que em cada uma destas LUIZ CARLOS marcava uma nova reunião dentro do sítio de ALTAIR. Sobre a prisão de Cristina, ressaltou que esta já estava sendo investigada pelo DENARC, pois seu marido havia sido preso anteriormente e era de conhecimento que ela assumiu função junto ao tráfico.

Atestou que um informante relatou que, no dia de seu flagrante, Cristina iria buscar drogas em um carro, tendo interceptado a traficante na volta, na cidade de Paraíso do Norte, com as substâncias ilícitas. Relatou, posteriormente, que ela confessou que havia comprado diretamente de LUIZ CARLOS, tendo inclusive acompanhado os policiais do DENARC até a cidade de Pérola, mostrado a eles quem era LUIZ CARLOS, onde morava, o sítio de

ALTAIR e qual veículo LUIZ CARLOS dirigia.

Afirmou, ainda, que interceptaram um áudio em que LUIZ CARLOS mencionava que iria transferir uma propriedade de cerca de 10 (dez) alqueires para ALTAIR .

O policial do DENARC Rafael Augusto Paulin Nardi elucidou em Juízo que apenas participou da apreensão de 'maconha' no veículo Tracker, oportunidade em que FABRÍCIO empreendeu fuga a pé. Sobre a participação de ALTAIR e LUIZ CARLOS, não soube dar maiores detalhes além daqueles externados pelos outros policiais.

No mesmo sentido foram os testemunhos dos Policiais Militares André William de Oliveira e Heber José Rezende, que procederam a interceptação do veículo Tracker, a pedido do DENARC, enquanto este transportava os 392kg (trezentos e noventa e dois quilo gramas) de 'maconha'. Sobre a associação criminosa, nada puderam declinar.

Isto Posto.

Registre-se não haver qualquer razão para desacreditar os depoimentos prestados pelos policiais, sendo meio de prova idôneo e de relevante valor probatório, sobretudo quando harmônicos entre si e com as demais provas coligidas ao caderno processual.

[...]

Destaque-se, por oportuno, que as declarações dos policiais [outrora transcritas] se assemelham em seus teores e descrevem toda a estrutura associativa existente entre os apelantes e os corréus. Além disso, apesar de o DENARC e a Polícia Civil terem realizado investigações distintas e em momentos diferentes, as asseverações dos policiais e dos investigadores respectivos se coadunam e são hábeis a evidenciar a agregação estável e permanente entre os acusados, formada para o cometimento reiterado de narcotráfico.

No que tange ao réu LUIZ CARLOS, indubitável sua participação como principal mentor da associação criminosa.

Além de restar configurada a unidade de desígnio s com FABRÍCIO e GUILHERME, o acusado contava com o auxílio de seu sogro ALTAIR nas empreitadas ilícitas e, ain da, contratava terceiras pessoas para fazerem os serviços de "batedor" e "mula", as quais, todavia, não lograram ser identificadas nos autos.

Quanto ao réu ALTAIR, apesar de sua participação na campanha delituosa ser mais discreta, também ficou nítido no processo seu envolvimento. E esta conclusão não decorreu apenas das confissões de FABRÍCIO e GUILHERME, conforme quer fazer crer a defesa.

Nada obstante o supracitado acusado tenha sempre negado sua participação no injusto - o que é corroborado por LUIZ CARLOS, que sempre tentou isentá-lo da responsabilidade penal -, sua implicação nos fatos é inconteste, comprovada pelo trabalho de campo realizado pela Polícia Civil da cidade de Pérola, bem como por intermédio das interceptações telefônicas legalmente efetuadas pelo DENARC.

Vale destacar, que o policial civil Arthur afirmou em seu testemunho

judicial que, no dia anterior à apreensão d a 'maconha' [e da prisão em flagrante dos acusados] esteve em campana no sítio de ALTAIR . Na oportunidade visualizou - diga-se, pessoalmente - a chegada de GUILHERME, FABRÍCIO e LUIZ CARLOS no local, que lá ficaram por cerca de duas horas. Além disso, contou ter observado a saída destas três pessoas no veículo GM/Tracker, o qual apesar de ter sido identificado como de propriedade de LUIZ CARLOS, estava guardado no imóvel de ALTAIR. No dia seguinte, consoante já antecipado, o mesmo automotor fora abordado e em seu interior apreendidos 392kg (trezentos e noventa e dois quilos) d a supracitada droga.

Em idêntico diapasão foi a narrativa do Delegado de Polícia Pedro Filipe, que mencionou ter sua unidade policial visualizado, por mais de uma vez, reuniões sendo feitas no sítio de ALTAIR, inclusive com sua presença . Disse, ainda, que em outra ocasião fizeram apreensão de um veículo Hyundai/Santa Fé com entorpecentes, o qual também sabiam que era guardado no sítio de ALTAIR. Narrou o Delegado, ademais, que o trabalho de investigação deu conta de vários outros carregamentos de narcóticos efetuados, mas que não lograram ser interceptados. Todas estas informações corroboram o vínculo assente entre os recorrentes.

Tem-se, além do mais, que o policial do DENARC , Edinaldo, também afixou em Juízo ter constatado a existência de duradoura e estruturada associação criminosa, o que concluiu pelo teor das ligações que foram interceptadas. Referiu que, antes do flagrante, notaram que LUIZ CARLOS tentou realizar o mesmo carregamento e frete de entorpecente em outros dias, não logrando êxito, o que o motivava sempre a marcar nova s reuniões no sítio de ALTAIR, para discutirem detalhes sobre a empreitada, e das quais o sogro participava.

Edinaldo ainda detalhou que, por ocasião d o flagrante de Cristina, a traficante c onfessou que havia comprado o narcótico diretamente de LUIZ CARLOS, tendo inclusive acompanhado os policiais do DENARC na cidade de Pérola, mostrado a eles o sítio de ALTAIR, identificando a pessoa de LUIZ CARLOS, onde ele morava e qual veículo dirigia.

Apesar da delação premiada firmada por Cristina não ter sido, de fato, judicialmente homologada, é incontestes a veracidade de suas informações , que apontaram o sítio de ALTAIR como ponto de traficância e LUIZ CARLOS como vendedor de drogas. Estes esclarecimentos, aliás, desencadearam toda a operação policial posterior, que comprovou o cometimento dos ilícitos.

Por fim, Edinaldo mencionou um áudio interceptado em que LUIZ CARLOS faz alusão à transferência de uma propriedade de cerca de 10 (dez) alqueires para ALTAIR , além da informação oriunda dos depoimentos de Arthur e de Pedro Filipe citando que LUIZ CARLOS teria recebido um pagamento por narcóticos diretamente na conta bancária da filha de ALTAIR, o que aponta, até mesmo, confusão patrimonial entre os recorrentes.

É verdade que a interceptação telefônica realizada pelo DENARC de Maringá não revelou atividades ilícitas por parte de ALTAIR; no

entanto, é indubitável sua participação na empreitada criminosa, descoberta por intermédio, repise-se, de inúmeras outras provas. Destaca-se, neste sentido, as investigações policiais chefiadas pela Delegacia de Pérola, nas quais os policiais civis testemunharam de forma ocular o envolvimento de ALTAIR nas reuniões levadas a efeito para tratar sobre o transporte de tóxicos, além da palavra dos corréus FABRÍCIO e GUILHERME.

De acordo com os policiais, ainda, era público e notório na cidade de Pérola o fato de que LUIZ CARLOS era traficante de drogas. Tem-se, igualmente, que ALTAIR fazia a guarda de vários veículos em sua propriedade [todos com origem ilícita, segundo os policiais], que eram dirigidos constantemente por terceiros. Não é crível, nestes termos, que ALTAIR não tivesse conhecimento acerca da traficância que ocorria em sua própria casa.

Acrescenta-se, além do mais, que os corréus FABRÍCIO e GUILHERME confessaram suas participações na associação ilícita, confirmando toda a investigação realizada e as funções de cada um dos acusados.

O corréu FABRÍCIO (mídia 01) relatou detalhadamente como fazia o transporte dos entorpecentes para LUIZ CARLOS, afirmando que carregava o veículo escolhido [e entregue por ele] com a droga. Na sequência, levava o automóvel até Tapejara, onde as substâncias seriam embarcadas em caminhões de frete. Disse o acusado que os pagamentos eram realizados por LUIZ CARLOS para GUILHERME e este lhe repassava. Afirmou, também, que ALTAIR participava ativamente da empreitada, tendo, inclusive, ajudado a carregar 500kg (quinhentos quilogramas) de droga no carro HYUNDAI/Santa Fé, junto com ele e GUILHERME. Destacou que ALTAIR sempre estava presente nas negociações e quando os narcóticos eram guardados no sítio.

No mesmo sentido foi a confissão do corréu GUILHERME (mídia 01), que assumiu a função de "batedor" e delineou como era concretizado o transporte da droga. Narrou que já havia feito este serviço para LUIZ CARLOS pelo menos quatro vezes. Afirmou que conhece ALTAIR e que este era sócio de LUIZ CARLOS nos negócios ilícitos relacionados ao tráfico. Ademais, corroborou a afirmação de que ALTAIR teria ajudado ele e FABRÍCIO a carregar o veículo HYUNDAI/Santa Fé com a droga. Destacou, também, que ALTAIR se fazia presente nas negociações, nos pagamentos e no estabelecimento de rotas.

Note-se que a colaboração dos corréus, in casu, foi essencial para o deslinde dos fatos, além de ter sido corroborada por outros elementos de provas, conforme já se expôs, não havendo motivos para desacreditar suas palavras.

Nesta toada bem salientou a douta Procuradoria Geral de Justiça (fl. 169-TJ):

"Após analisar os interrogatórios prestados pelos corréus, é possível denotar que tamanha foi a sua importância para a busca da verdade dos fatos. Além de descreverem todo o funcionamento da associação criminosa e os seus componentes, os coacusados, em especial

Fabrício, apresentaram outras situações em que realizaram transportes de entorpecentes a mando do recorrente LUIZ, e outras em que ajudaram a carregar drogas com este e ALTAIR, o que fizeram para demonstrar a comunhão estável e permanente de todos os envolvidos para a prática de crimes de tráfico de drogas.

Por evidente que os coacusados não assumiram toda a prática delitiva senão com o intuito de obter redução na pena por ocasião da sentença, através do instituto da delação premiada. Contudo, isso não desqualifica as suas declarações, realizadas em ambas as fases da instrução criminal, uma vez que anco radas nas demais provas testemunhais e documentais colhidas durante o processo; e na sua maioria, sempre na presença de testemunhas, e em alguns casos, até na presença do Promotor de Justiça, conforme se infere do depoimento de mov. 38.53 dos autos de IP".

Importante mencionar, ainda, que as testemunhas de defesa de ALTAIR, Senhores Maicon Ges Borgman, Ademilson Vieira dos Santos [moradores do sítio] e a informante Celina Zanon [irmã do acusado], não contribuíram de forma relevante sobre os fatos em comento. Apenas aludiram como era o trabalho rural de ALTAIR, a relação que ele tinha como genro de LUIZ CARLOS e o empréstimo de garagem que ele fazia ao corréu.

Da mesma forma, a Sra. Sonia Bernardes Alves, igualmente testemunha de defesa, disse ser amiga de LUIZ CARLOS há 18 (dezoito) anos e não ter conhecimento da prática de crimes pelo acusado, ficando surpresa com sua prisão.

Assim, diante do vasto conjunto probatório em relação a existência de associação criminosa entre os apelantes e demais corréus para a prática de narcotráfico, a pretensão recursal de absolvição de LUIZ CARLOS e de ALTAIR não comporta agasalho.

[...]

Ora, rever os fundamentos utilizados pela Corte *a quo*, para concluir pela ausência dos elementos necessários para a condenação pelo crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, como requer a parte recorrente, importa revolvimento de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, segundo óbice da Súmula n. 7/STJ.

Em segundo, a Corte de origem concluiu que *a função de "dirigir e organizar" a associação criminosa restou devidamente demonstrada por toda a prova oral colhida, que a todo momento indicou o Sr. LUIZ CARLOS como chefe da organização ilícita* (e-STJ fl. 408).

Ora, não há qualquer ilegalidade na aplicação da agravante do art. 62, inciso I, do CP, uma vez que reprimenda do referido condenado foi

aumentada pelo fato de organizar a cooperação no crime de tráfico de drogas e dirigir a atividade dos demais agentes.

Ademais, a referida agravante não encontra-se dentro do tipo do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (*Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei*), isto porque na associação para o tráfico seus integrantes ocupam funções diversas, não sendo todos "líderes" do grupo.

Abaixo, ementa de acórdão que demonstra o exposto acima:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO PATAMAR MÍNIMO. APONTAMENTO DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. VIABILIDADE. EXACERBAÇÃO NO PERCENTUAL RELATIVO ÀS AGRAVANTES. READEQUAÇÃO. POSSIBILIDADE.

[...]

6. De se ver que o ora paciente é apontado como líder do tráfico de drogas em determinada região do Estado, havendo notícias de que integrava vigorosa facção criminosa, comandando os demais corréus de dentro do estabelecimento prisional.

7. Tais constatações conduzem à necessidade de apenamento mais severo, tal qual procedido na hipótese. De se ver, ainda, que foram reconhecidas duas agravantes, elementos que justificam maior reprovação.

8. Mostrando-se desarrazoada a elevação decorrente das agravantes encontradas 1/2 (metade), é possível a readequação em sede de habeas corpus.

9. Ordem parcialmente concedida, para readequar o percentual relativo às agravantes previstas nos arts. 61, I, e 62, I, do Código Penal, de metade para um terço, reduzindo, em consequência, a pena total recaída sobre o ora paciente. (HC 187.237/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 28/04/2011, DJe 13/10/2011)

No que tange a tese de que a causa de aumento do art. 40,

inciso VII, da Lei n. 11.343/2006 aplica-se exclusivamente ao crime do art. 33, mas jamais ao do art. 35 da referida lei, não há como enfrentar tal tema, uma vez que não foi objeto de debate pela instância ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incidem ao caso as Súmulas n. 282/STF e 211/STJ.

Mesmo que superado tal óbice, a aplicação do aumento previsto no art. 40 da Lei n. 11.343/2006 ao crime de associação criminosa decorre da literalidade da lei (*Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: [...] V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal; [...] VII - o agente financiar ou custear a prática do crime*), não se podendo falar em ilegalidade.

Em relação a aplicação do benefício previsto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que *a configuração do crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/06) é suficiente para afastar a aplicação da causa especial de diminuição de pena contida no § 4º do art. 33, na medida em que evidencia a dedicação do agente à atividade criminosa* (AgRg no AREsp 1035945/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 27/03/2018).

Nessa linha, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. APLICAÇÃO DA MINORANTE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A decisão impugnada foi clara ao evidenciar que: a) as instâncias ordinárias concluíram pela presença dos elementos da estabilidade e da permanência a configurar o crime de associação ao tráfico de drogas, motivo pelo qual a alteração de tal entendimento esbarra no óbice da Súmula n. 7 desta Corte Superior; b) mantida a condenação pelo crime do art. 35 da Lei

de Drogas, fica prejudicado o exame da possibilidade de incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

2. Ausentes fatos novos ou teses jurídicas diversas que permitam a análise do caso sob outro enfoque, deve ser mantida a decisão agravada.

3. Agravo regimental não provido. (AgInt no AREsp 1331577/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. REVISÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. VIA ELEITA INADEQUADA. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/2006. INCOMPATIBILIDADE COM A ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

4. Considerando a manutenção do decreto condenatório pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006, não há possibilidade de aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas. Isso porque a condenação pela prática do crime de associação para o tráfico obsta o reconhecimento da referida minorante, ante a dedicação à atividade criminosa inerente ao delito.

Habeas corpus não conhecido. (HC 431.101/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018)

[...] ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRÁFICO PRIVILEGIADO. INCOMPATIBILIDADE.

1. "Nos termos do entendimento desta Corte, a configuração do crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/06) é suficiente para afastar a aplicação da causa especial de diminuição de pena contida no § 4º do art. 33, na medida em que evidencia a dedicação do agente à atividade criminosa" (REsp 1.626.399/RO, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017).

2. Agravo desprovido. (AgRg no REsp 1690808/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018)

Assim, mantido o decreto condenatório pela prática do crime tipificado no art. 35 da Lei 11.343/2006, não há possibilidade de aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.

Por fim, o Tribunal *a quo*, ao decidir pela aplicação do concurso material entre os delitos de tráfico praticados, assim concluiu (e-STJ fls. 422/424):

Ao final, o Sr. LUIZ CARLOS requereu ainda que, ao invés de ser aplicada a regra do concurso material, seja reconhecida a continuidade delitiva em relação aos crimes de tráfico, com a incidência do disposto no artigo 71 do Código Penal.

Isto Posto.

A caracterização da continuidade delitiva demanda o preenchimento de requisitos de ordem objetiva (mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução) e subjetiva (unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos).

In casu, a pretensão não pode prosperar, pois, embora toda a estrutura criminosa tenha sido descoberta pela mesma operação policial, constata-se que os fatos 02, 07 e 08 são condutas diversas e independentes, conforme descrito na inicial acusatória, não havendo o preenchimento dos requisitos de ordem objetiva.

Constata-se que o fato 02 foi praticado em 23/05/2015, com a participação ativa de todos os corréus, enquanto o fato 07 ocorreu em 11/11/2014 e o fato 08 em 28/10/2014, com a atuação somente do apelante LUIZ CARLOS, em datas distintas e lugares distintos. Além disso, a forma de atuação do acusado também foi diferenciada da indicada no primeiro fato, pois neste caso o acusado agiu gerenciado o transporte, compra e venda e nos outros dois efetivamente vendeu a droga e transportou até o comprador.

[...]

Destarte, porque não atendidos os requisitos para aplicação do crime continuado (CP, art. 71), não se mostra adequada sua aplicação no caso, conforme, aliás, recomenda a jurisprudência:

[...]

Destarte, deve ser mantida a aplicação da regra do concurso material, tal qual o fez a sentença recorrida.

Ora, no presente caso, a Corte local entendeu que o modo de execução dos delitos foi distinto, bem como a forma de atuação, o lugar e os envolvidos, de maneira a afastar o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao reconhecimento da ficção jurídica do crime continuado. Dessa forma, para se concluir de maneira diversa, como requer a parte agravante, seria imprescindível o revolvimento do acervo fático-probatório, o que encontra óbice no disposto na Súmula 7/STJ. Precedentes: HC 469.096/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 13/12/2018; HC 311.406/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 04/03/2016.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **conhecer parcialmente** e, nessa parte **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator